



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – O setor portuário tem e sempre teve uma enorme importância para a economia portuguesa, contudo, e após se ter aumentado a aposta nas exportações, como fator de sustentabilidade económica, este passou a ser um setor estruturante para a sustentabilidade do nosso país.

2 – A Senhora Ministra afirmou, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP), que a nova fase de expansão do terminal XXI, em Sines, estava dependente da existência de um acordo entre a PSA e o sindicato dos estivadores.

3 – Revelou ainda que o futuro do terminal Vasco da Gama dependeria de um “circuito legislativo” que orientasse “... as bases da nova concessão e os documentos do procedimento”.

4 – A atual legislação apenas permite que as concessões de terminais portuários se prolonguem por 30 anos.

5 – A TIL, empresa com 60% de capital da MSC, é também proprietária de 50% do capital da PSA.

6 – A TIL é a empresa candidate à expansão do terminal norte do porto de Valência – concorrente direto de Sines.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Ministério do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Considerando que a Senhora Ministra fez referência a um “circuito de legislativo” para a nova concessão do Terminal Vasco da Gama e que a Lei nacional contempla um período máximo de concessão dos terminais por 30 anos, importa esclarecer:

a) Aquilo a que se referiu como “circuito legislativo” visa também a alteração do período máximo das concessões?

b) Qual será o novo período máximo de concessão que a Lei permitirá?

c) Qual é o prazo previsto para que as alterações legislativas estejam concluídas?

2 – Considera, o Ministério do Mar, que o facto de a TIL se estar a candidatar à expansão do terminal norte do Porto de Valência pode colocar em causa a viabilidade futura do Terminal XXI do Porto de Sines, uma vez que esta empresa é detida indiretamente em 50% pela MSC – armador global que com facilidade pode alterar as suas rotas?

3 – Porque motivo o Governo demorou tanto tempo a planear as alterações legislativas necessárias para levar a cabo as expansões previstas para os novos terminais de Sines e para o novo terminal de contentores do Barreiro, quando a Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária foi apresentada em janeiro de 2017?

4 – A ministra do Mar afastou, em 2017, as Finanças — mais concretamente a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) — da renegociação dos contratos de concessão dos principais portos, revertendo uma ordem do anterior secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, datada de 2014 e relançou a comissão de renegociação em setembro de 2018, que tinha 3 meses para concluir as negociações de expansão do terminal XXI. Terão estas decisões contribuído para não ter havido qualquer avanço ou decisão nessas comissões de renegociação, que referiu em 2016 deverem estar concluídas até final do ano?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2019

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)